

B. F. Skinner sobre previsão e controle no planejamento cultural: uma análise crítica de Oliveira, Brito, Abe, Reis e Leite (2012)

*Alexandre Dittrich**

Resumo

Em artigo recentemente publicado, Oliveira, Brito, Abe, Reis e Leite (2012) apresentam críticas à proposta de planejamento cultural do psicólogo estadunidense B. F. Skinner (1904-1990). Skinner seria um representante do “pseudomessianismo psicológico-cientificista”, dadas suas recomendações relativas ao planejamento, previsão e controle de práticas culturais. Tais recomendações estariam em desacordo com a “sociedade da imprevisibilidade” e a “subjetividade aberta”. Contudo, no desenvolvimento de sua argumentação, os autores apresentam conceitos e pressupostos nem sempre claros, além de conclusões equivocadas a respeito da obra de Skinner e da análise do comportamento. O presente artigo busca realizar um exame crítico dessa argumentação. Conclui-se que as críticas de Oliveira et al. (2012) são infundadas.

Palavras-chave: B. F. Skinner; planejamento cultural; análise do comportamento; globalização.

B. F. Skinner on prediction and control in cultural design: a critical analysis of Oliveira, Brito, Abe, Reis e Leite (2012)

Abstract

In a recently published paper, Oliveira, Brito, Abe, Reis and Leite (2012) present a critical assessment of the proposal of cultural design made by the American psychologist B. F. Skinner (1904-1990). Skinner is depicted as a representative of “psychological-scientificist pseudomessianism”, given his recommendations regarding the design, prediction and control of cultural practices. Such recommendations are said to be in disagreement with the “unpredictability society” and the “open subjectivity”. However, the concepts and tenets presented by the authors in the course of their argumentation are not always clear, and they arrive at mistaken conclusions about Skinner’s oeuvre and behavior analysis. The present paper aims to perform a critical examination of this argumentation. We conclude that the criticisms posed by Oliveira et al. (2012) are baseless.

Keywords: B. F. Skinner; cultural design; behavior analysis; globalization.

* É graduado em Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: aledittrich@ufpr.br .

B. F. Skinner sobre previsão y control en la planificación cultural: un análisis crítico de Oliveira, Brito, Abe, Reis y Leite (2012)

Resumen

En un artículo recientemente publicado, Oliveira, Brito, Abe, Reis y Leite (2012) presentan críticas a la propuesta de planificación cultural del psicólogo estadounidense B. F. Skinner (1904-1990). Skinner sería un representante del “pseudomessianismo psicológico-cientificista”, dadas sus recomendaciones relativas a la planificación, previsión y control de prácticas culturales. Dichas recomendaciones estarían en desacuerdo con la “sociedad de la imprevisibilidad” y la “subjetividad abierta”. Sin embargo, en el desarrollo de más argumentación los autores presentan conceptos y presupuestos ni siempre claros, allá de conclusiones equivocadas sobre la obra de Skinner y sobre el análisis de conducta. El presente artículo busca realizar un examen crítico de esta argumentación. Concluimos que las críticas de Oliveira et al. (2012) son infundadas.

Palabras clave: B. F. Skinner; planificación cultural; análisis de conducta; globalización.

Em artigo recentemente publicado, Oliveira, Brito, Abe, Reis e Leite (2012) fazem críticas à proposta de planejamento cultural do psicólogo estadunidense B. F. Skinner (1904-1990). No desenvolvimento de sua argumentação, os autores apresentam conceitos e pressupostos nem sempre claros, além de conclusões equivocadas sobre a obra de Skinner e sobre a análise do comportamento. Um exame atento dessa argumentação oferece vários motivos para questionar as conclusões derivadas pelos autores acerca do tema que abordam. O objetivo do presente artigo é realizar tal exame.

Os autores¹ se propõem a fundamentar a tese de que “o planejamento cultural de Skinner não se aplica à sociedade da imprevisibilidade. Isto porque esta sociedade é caracterizada por processos macrossociais (economia, cultura) e microssociais (biografia individual) em descontrole” (p. 37) – isto é, não passíveis de previsão e controle. Grande parte do artigo é dedicada a analisar as “variáveis [...] que produziram a sociedade da imprevisibilidade e a subjetividade aberta”, como veremos em breve.

Após a introdução do artigo, que expõe tais objetivos, surge a primeira seção, intitulada “O planejamento cultural de B. F. Skinner”. Nela, afirma-se corretamente que, para Skinner, o planejamento cultural consiste em “uma ação deliberada para a modificação de práticas culturais” (p. 38). A palavra “deliberada” explicita o que já é sugerido pela palavra “planejamento”:

¹ Doravante, não citaremos mais o sobrenome dos autores quando a menção a eles for evidente, registrando apenas o número das páginas do artigo eventualmente citadas.

trata-se de ação visando determinados fins ou objetivos.² A “modificação de práticas culturais” se dá pela alteração de qualquer variável ambiental que produza ou transforme práticas culturais de interesse, consideradas como fenômenos comportamentais. Para Skinner, o planejamento cultural deve ter como objetivo primordial a sobrevivência das culturas, como também notam os autores (p. 38).³

Oliveira et al. (p. 39) mencionam o fato de que Skinner reconhecia as diferenças entre situações experimentais e aplicadas em termos de complexidade, bem como as “dificuldades políticas, econômicas e culturais de implementação de um planejamento cultural”, embora isso não o tenha impedido de desenvolver sua proposta de planejamento cultural. A insistência de Skinner na proposta demonstraria um “otimismo tecnocientífico” e, em última análise, um “pseudomessianismo psicológico-cientificista”, sendo Skinner um “herdeiro de um ideal de salvação originalmente religioso e posteriormente mundanizado no iluminismo” (p. 40).

A seção seguinte do artigo, intitulada “Psicologia e sociedade da imprevisibilidade”, busca questionar a tese, sustentada pelo “pseudomessianismo psicológico-cientificista”, de que “o conhecimento psicológico pode elevar a previsibilidade e o controle da vida social na sociedade da imprevisibilidade”. No parágrafo inicial da seção, os autores apontam para o fato de que o “pensamento social” de Skinner “se desenvolveu antes do atual processo de globalização”,⁴ afirmando em seguida que “a interpretação sociológica e econômica do contexto de globalização tem revelado uma complexificação sem precedentes da vida social, tornando obsoleta qualquer teoria que não considera este novo contexto” (p. 40-41). Se isso é uma insinuação de que o “pensamento social” de Skinner se tornou obsoleto em virtude de ter sido produzido antes do “atual processo de globalização”, há vários motivos para discordar. Esse argumento tornaria automaticamente obsoletos todos os trabalhos de “pensadores sociais” publicados antes da Guerra Fria – por exemplo, os de Weber, Marcuse e Freud (citados no artigo), entre outros.

2 O modelo selecionista de Skinner (2007) dispensa (e critica) qualquer explicação teleológica para o comportamento humano. Usamos aqui palavras como “deliberada”, “fins” e “objetivos” por conveniência, sem a preocupação de aprofundar o tema no momento.

3 Como outras discussões no behaviorismo radical, também essa avançou para além de Skinner (ver, por exemplo, DITTRICH, 2006; MELO; DE ROSE, 2012). A despeito de sua importância, não aprofundaremos o assunto aqui, pois não tem importância central para o argumento desenvolvido por Oliveira et al. (2012).

4 Os autores apontam o fim da Guerra Fria como marco inicial do “atual processo de globalização”.

Cabe aqui uma palavra sobre a opção – assumida pelos autores – de restringir sua crítica à obra de Skinner, mesmo reconhecendo a existência de “literatura mais recente” na análise do comportamento relativa a questões culturais. Esse fato, isoladamente, não altera a importância da crítica, mas cria óbvias limitações. Tourinho (2009), por exemplo, analisa as consequências psicológicas da “complexificação sem precedentes da vida social” apoiando-se em grande parte nos trabalhos de Skinner – sem considerá-los obsoletos, mas adaptando-os a uma interpretação de fenômenos contemporâneos, como fazem corriqueiramente inúmeros estudiosos de Weber, Marcuse, Freud, etc.

Na sequência, o artigo apresenta quatro tópicos visando demonstrar que “a ordem social globalizada produziu a sociedade da imprevisibilidade, caracterizando uma situação em que as interações sociais macrosociais e microsociais se desenvolvem em um horizonte de indeterminação”⁵ (p. 41). Esses tópicos, que compõem a maior parte do artigo, versam sobre economia (“A crise financeira internacional de 2008 e o *ethos* da *pleonaxia*”), cultura (“Cultura em descontrole”) e biografia individual (“A ética do prazer e a emergência da subjetividade aberta” e “Desenraizamento traditivo, desconfessionalização e emergência da subjetividade aberta”). Procederemos a seguir a uma análise individual desses tópicos.

Sob o título “A crise financeira internacional de 2008 e o *ethos* da *pleonaxia*”, os autores apontam a referida crise como “uma demonstração do caráter de imprevisibilidade da sociedade globalizada” (p. 41). Ironicamente, os autores passam todo o tópico apontando variáveis que supostamente explicam (ou pelo menos ajudam a explicar) por que a crise ocorreu. Além disso, mencionam o fato de que “acadêmicos europeus”, cientes de algumas dessas variáveis, demonstraram preocupação com a possibilidade de “crises globais” antes da eclosão da crise de 2008 (p. 42). Suponhamos agora que, diante da “imprevisibilidade da sociedade globalizada”, tais acadêmicos deixassem de analisar as complexas variáveis que integram as relações econômicas globais e de propor medidas regulatórias. Seria essa a atitude correta? Se sim, provavelmente tais acadêmicos teriam que desistir de suas carreiras – mas provavelmente não o farão, porque entendem que a tarefa de qualquer ciência é, como sempre foi (mesmo antes da Guerra Fria), analisar interações complexas entre variáveis. Embora o assunto seja discutível em termos de filosofia da ciência, boa parte dos cientistas concordará quanto ao fato de que a tarefa principal da ciência, em última análise, é aumentar nosso poder de previsão e controle de fenômenos físicos e sociais. A palavra “aumentar”

⁵ As relações entre previsibilidade e determinação são complexas, e poderiam ter sido melhor exploradas no artigo. Privilegiaremos em nossa análise o problema da previsibilidade que, junto à questão do controle, constitui o foco evidente do trabalho.

aqui é importante. Nenhum cientista razoável espera possuir, agora ou em qualquer momento futuro, poder absoluto de previsão e controle de qualquer fenômeno, físico ou social – tampouco esperava Skinner. A complexidade social é um fato – sempre foi, mesmo antes do processo contemporâneo de globalização. O que deveriam fazer os *behavioral scientists* diante disso? Abandonar seus objetos de estudo? Deixar de propor intervenções planejadas com base em suas análises?

Comparemos a crise de 2008 com a assim chamada Grande Depressão, iniciada em 1929 – bem antes do “atual processo de globalização” ao qual se referem Oliveira et al. (2012). A complexidade dos processos que levaram à Grande Depressão e à dificuldade de prevêê-los é evidenciada pelo fato de que estudiosos do assunto debatem suas causas até hoje (e. g., CALDWELL; O’DRISCOLL, 2002). Tal complexidade é discutida também por James (2002), que aponta que, embora “nenhum colapso seja, é claro, precisamente como outro qualquer [...], já houve comunidades internacionais altamente desenvolvidas e altamente integradas que se dissolveram sob a pressão de eventos inesperados” (p. 1). Assim, considerando que a crise de 2008 é apresentada por Oliveira et al. (2012) como uma “demonstração do caráter de imprevisibilidade da sociedade globalizada”, aparentemente tal fenômeno não é tão recente. É possível argumentar que as variáveis envolvidas na crise de 2008 foram mais complexas do que aquelas verificadas na crise de 1929 – o que não seria surpreendente –, mas sugerir que complexidade e imprevisibilidade, na economia e em outros campos, são atributos exclusivos do período pós-globalização é no mínimo questionável.

Ainda dentro desse tópico, o artigo apresenta uma explanação sobre o chamado “*ethos da pleonexia*”, expressão proposta pelo sociólogo Anderson Pires para designar uma “variável psicológica” apontada como “força motriz para o impulso expansionista do capitalismo global” (e, portanto, também pela crise financeira de 2008):

O termo grego *pleonexia* é composto por *pleon* (mais) e *ekho* (ter), sugerindo uma busca desatinada e compulsiva pela riqueza. [...] O *ethos da pleonexia* manifesta o perfil narcísico identificado na cultura do narcisismo [...] caracterizada pela produção de uma subjetividade que se aliena da necessidade do outro, vivendo apenas para a necessidade do eu (p. 42).

Antes que um analista do comportamento aponte o óbvio caráter mentalista e redundante desse tipo de “explicação” (um indivíduo é ganancioso porque tem ganância), os autores se apressam em antecipar tal crítica:

Uma objeção behaviorista à interpretação de Pires (2009a) é que um fato psicológico (*ethos* da *pleonaxia*) não surge no vácuo, mas organiza-se a partir de uma interação com o meio ambiente. Quanto a esta objeção, Pires (2009a) surpreende seu possível crítico ao extrair da ética protestante, analisada por Max Weber (1999), a fonte histórica de legitimação moral do *ethos* da *pleonaxia* (p. 43).

A análise de Weber, reconhecidamente, apontou variáveis importantes para compreender a configuração do capitalismo contemporâneo – contudo, a “legitimação moral do *ethos* da *pleonaxia*” promovida pelo calvinismo obviamente não explica a existência do próprio *ethos* (enquanto uma “força motriz” do comportamento). Assim, a “objeção behaviorista” continua relevante. O único índice da ganância, ambição ou *pleonaxia* de uma pessoa é o fato de que ela se comporta, em maior ou menor grau, de forma gananciosa, ambiciosa ou pleonexa.⁶ Transformar conceitos derivados da observação de padrões comportamentais em “explicações” para esses próprios padrões é o problema mais básico apontado por Skinner (e. g., 1965, 1974) nas argumentações de cunho mentalista: trata-se de raciocínio circular, sem qualquer poder explicativo.

Pode-se perguntar, legitimamente, se o “*ethos* da *pleonaxia*” não existia como uma “disposição psicológica” ou “força motriz” antes do advento do capitalismo contemporâneo. Os autores sugerem que sim. Contudo,

[...] a ética protestante calvinista, ao legitimar moralmente a *pleonaxia*, sepultou a variável repressora imposta pela religião cristã neotestamentária a esta disposição psicológica. Assim, o problema central da crise financeira internacional de 2008 está no sistema de crenças subjacente a todas as práticas culturais engendradas no capitalismo global: este sistema de crenças vê-se livre do veto religioso neotestamentário imposto pelo imperativo do contentamento no qual a racionalidade da renúncia era uma força repressora ao *ethos* da *pleonaxia* (p. 44).

É surpreendente que os autores se contentem com essa explicação em um artigo que supostamente visa apontar a complexidade dos fenômenos sociais. Aparentemente, grande parte da história econômica da humanidade pode ser compreendida como determinada, essencialmente, por um embate entre a “religião cristã neotestamentária” (como se houvesse uma única) e o calvinismo, ambos com poder variável de reprimir ou estimular uma “disposição psicológica” para a ambição ou a ganância. (Seria igualmente fácil inventar uma disposição contrária e chamá-la, digamos, *ethos* da ágape, também ela podendo ser reprimida ou estimulada.)

⁶ Os termos mereceriam, é claro, definições comportamentais mais acuradas.

Se o registro bíblico é confiável e Judas de fato traiu Jesus por trinta moedas de prata –Mateus 26.15 –, aparentemente ele estava sob influência do *ethos da pleonexia*, e nem mesmo os ensinamentos do maior dos cristãos neotestamentários conseguiu reprimir tal disposição psicológica (ou, por outro lado, estimular o “*ethos da ágape*”). Eticamente, ele agiu de forma idêntica aos banqueiros citados por Oliveira et al. (2012), que, com seu “desejo insaciável” em “querer sempre mais”, teriam provocado a crise de 2008 (p. 42) – o que mostra que o dito “*ethos da pleonexia*”, além de não ser um fenômeno recente, é nulo enquanto categoria explicativa.⁷ Etimologicamente, cabe lembrar, a palavra *ethos* refere-se ao que as pessoas fazem – isto é, ao seu comportamento.

Oliveira et al. (2012) afirmam que o “*ethos da pleonexia*” é uma disposição psicológica “incontrolável”, e apresentam “evidências empíricas” disso – por exemplo, o fato de que antes da crise de 2008 “criminosos [...] procuraram as brechas na legislação do sistema financeiro com o objetivo de se beneficiar sempre à custa do prejuízo dos outros” (p. 42-43). (Judas parece oferecer, novamente, um paralelo plausível.) Outra “evidência empírica”: a resistência de alguns países em “assumir metas de redução da emissão de carbono que comprometessem seu projeto de aceleração do crescimento econômico” (p. 44). Aparentemente, toda vez que alguma pessoa ou grupo agir visando interesses financeiros particulares em detrimento do bem coletivo teremos uma “evidência empírica” do “*ethos da pleonexia*”. Mas temos com isso um grave problema: se o tal *ethos* é “incontrolável”, aparentemente não podemos fazer nada diante da ganância que dominou o capitalismo contemporâneo:

É plausível a proposta de um planejamento cultural para controle das práticas *pleonexas* do mercado financeiro internacional? A tese de Pires (2009a) impõe uma resposta negativa. A proposta de um senso preventivo, orientado para o controle do comportamento dos indivíduos agentes do mercado financeiro, encontra o obstáculo de uma variável psicológica em descontrole, o *ethos da pleonexia* (p. 44).

Em resumo, crises financeiras são causadas pela ganância, e nada podemos fazer em relação a isso. Se de fato o “comportamento dos indivíduos agentes do mercado financeiro” estivesse sob controle de uma “variável psicológica descontrolada”, a ciência econômica estaria em sérios apuros. O comportamento dos agentes do mercado financeiro, como o comportamento de qualquer pessoa, em qualquer momento e em qualquer cultura, está

⁷ A Bíblia oferece uma alternativa igualmente questionável: os Evangelhos de Lucas (22.3) e João (13.2) atribuem o comportamento de Judas à possessão por Satanás.

sob controle de variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais complexas, via de regra identificáveis e mensuráveis, e frequentemente manipuláveis, como tem sido demonstrado por décadas de pesquisa não só na análise do comportamento, mas em outras ciências. O trabalho dedicado desses cientistas, em contextos básicos e aplicados, tem demonstrado consistentemente a possibilidade de alterar aspectos relevantes do comportamento humano – não apenas em nível individual, mas também grupal. Isso não significa, obviamente, que a ciência tenha algum poder mágico de previsibilidade ou controle. Mas a inação sugerida por Oliveira et al. (2012) certamente não é a melhor alternativa. A administração e regulamentação da economia e do mercado financeiro são tarefas complexas, e ninguém está de posse de respostas definitivas e infalíveis de como devem ser efetuadas. Da mesma forma, criar um filho, ensinar uma classe de alunos ou educar uma comunidade também são tarefas complexas, e não deixamos de executá-las por causa disso. Tais tarefas são essenciais se queremos promover repertórios comportamentais que favoreçam o futuro de nossas culturas – e, por outro lado, evitar os repertórios que Oliveira et al. (2012) sugerem ser uma mera expressão de um “*ethos da pleonexia*”. O comportamento ético não é produto de qualquer tipo de *ethos* (enquanto disposição psicológica interna); ele é fruto de variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais, sobre as quais podemos atuar de maneira responsável e produtiva. O fato de que, eventualmente, os resultados dessa atuação não sejam aqueles inicialmente previstos não será tomado por um analista do comportamento como “evidência empírica de descontrole”, mas como evidência empírica de que ele precisa aprofundar sua busca por evidências empíricas: o que controla comportamentos aparentemente “descontrolados”? Abrir mão de investigações dessa natureza e apelar para o mentalismo é a saída mais fácil, mas também a mais improdutiva.

O segundo dos quatro tópicos do artigo que buscam demonstrar que a “ordem social globalizada” produziu “imprevisibilidade” e “indeterminação” intitula-se “Cultura em descontrole”. O título faz referência a um “conceito cunhado para o presente artigo para caracterizar o aspecto ateleológico e indeterminado que assumiu a produção de bens simbólicos no contexto da globalização” (p. 44). Trata-se de um tópico curto, que meramente constata a crescente complexidade das relações entre as culturas e os efeitos disso na configuração das práticas culturais. Contudo, os autores usam tal constatação como premissa para um espetacular salto lógico:

Na globalização é impossível prever, em um conjunto imenso de agentes locais receptores e ressignificadores, quais serão os resultados simbólicos. Portanto, há um impasse entre a proposta de um planejamento cultural, conceito que

ênfatisa um processo teleológico, uma inteligência diretiva, e o contexto de uma cultura em descontrolo, conceito que ênfatisa um processo ateleológico, desprovido de inteligência diretiva (p. 45).

Não é fácil discernir o que, exatamente, os autores querem dizer com isso. Há, de fato, um grau insuperável de imprevisibilidade na evolução de qualquer cultura, como Skinner mesmo apontou (e. g., 1955-1956/1972, p. 13). Isso não significa que não possamos (ou não devamos) buscar compreender as variáveis que influenciam o curso dessa evolução. Contudo, possivelmente nenhum psicólogo tenha insistido tanto quanto Skinner (e. g., 1965, 1974) no fato de que a evolução de uma cultura não pode ser explicada teleologicamente, ou por uma “inteligência diretiva”. O planejamento cultural, ele mesmo uma prática cultural, é tão determinado por fatores ambientais quanto as práticas sobre as quais ele age, seja qual for sua configuração. Várias culturas evoluíram por séculos sem qualquer tipo de planejamento organizado, e a emergência do planejamento e sua complexificação é apenas parte da própria evolução cultural, e não corresponde a uma passagem para a “teleologia”: o comportamento de um planejador cultural está sujeito às mesmas variáveis que afetam o comportamento de qualquer pessoa. Assim, para Skinner e para a análise do comportamento, não há qualquer sentido no “impasse” apontado por Oliveira et al. (2012) na passagem citada.

O terceiro tópico na sequência do texto, ainda buscando demonstrar que a “ordem social globalizada” produziu “imprevisibilidade” e “indeterminação”, intitula-se “A ética do prazer e a emergência da subjetividade aberta”. Nele, os autores abordam “o nível microssocial da sociedade da imprevisibilidade, na qual a subjetividade aberta vive a construção de uma autobiografia em descontrolo” (p. 45). Os autores propõem “duas variáveis, não exploradas nas teorias psicológicas, [...] para explicar o surgimento da subjetividade aberta: a ética do prazer [...] e o desenraizamento traditivo” (p. 46). O tópico aborda a primeira dessas variáveis, reservando a segunda para o tópico final, que discutiremos em breve.

Embora o conceito de “subjetividade aberta” não receba uma definição no artigo, faz-se alusão a alguns autores que exploram “conflitos identitários”, “confusão identitária”, “multifrenia” e “fragmentação e aleatoriedade das identidades coexistentes no *self*”, produzidas por aspectos conspícuos da globalização: intercâmbio entre pessoas e culturas, “exigência de tomada de decisões em situações cotidianas” e “tecnológicas (sic) da modernidade (mídia, transporte, comunicação)” (p. 45).⁸ A “ética do prazer”, que seria

⁸ Cabe notar que esses temas são abordados por Tourinho (2009) por meio de um diálogo entre análise do comportamento, sociologia e antropologia, embora, obviamente, com outro linguajar conceitual.

uma das “variáveis não exploradas nas teorias psicológicas” que explicam a “subjetividade aberta”, é um conceito cunhado, novamente, pelo sociólogo Anderson Pires, “para caracterizar o modo de vida hedônico da sociedade globalizada, no qual todo o esforço humano se orienta para a maximização do prazer e a minimização da dor”⁹ (p. 46). Supondo que o conceito seja novo, a caracterização dele certamente não é – vide John Stuart Mill (2000), para ficar no exemplo mais óbvio. Mill obviamente não vivia em uma “sociedade globalizada”, dada a definição de globalização adotada pelos autores. Ainda assim, várias dúvidas relevantes permanecem: a quem, exatamente, os autores estão se referindo quando falam em uma ética do prazer como um “modo de vida” da sociedade globalizada? A todos nós? Se sim, a partir de quando? Apenas após o fim da Guerra Fria? Maximizar o prazer e evitar a dor são características exclusivas dos cidadãos de uma sociedade globalizada? Se não, qual a diferença relevante em relação a sociedades não globalizadas? Quais são as “evidências empíricas” dessa transição? O que nos levaria a pensar que um indivíduo contemporâneo busca “maximizar o prazer e evitar a dor” mais do que, digamos, algum contemporâneo de John Stuart Mill ou de Judas? Todas essas questões se tornam ainda mais difíceis de responder sem alguma definição do que sejam “prazer” e “dor” – algo que Mill (2000) pelo menos tentou.

A vitória da “ética do prazer” na globalização, de acordo com Oliveira et al. (2012), recebeu forte impulso de autores como Nietzsche, Freud e Rogers, todos protestando contra os “imperativos categóricos da religião”, em especial contra a “tradição cristã neotestamentária”, para a qual “o sofrimento (dor) presente adquire significado e é suportado a partir da esperança escatológica de superação na ressurreição dos mortos” (p. 46). Supostamente, Oliveira et al. (2012) não esperam que isso baste como explicação das complexas relações que determinam o comportamento ético humano – que envolvem muito mais do que prescrições a favor ou contra qualquer religião, e muito mais do que seria possível resumir em um artigo. Contudo, afirmam os autores que

a ética de Spinoziana (sic) foi assumida na modernidade como critério da biografia individual, na qual as escolhas do indivíduo trabalham com o critério de identificação entre o bom e o bem. Rompe-se assim com a ética do renunciante religioso, que distingue o bom (bem-estar) do bem (p. 47).

⁹ Se há alguma diferença entre esse conceito e o de “*ethos da pleonaxia*”, ela não é apontada no artigo.

Essa é uma forma particularmente pobre de “explicar” a tal “ética do prazer”. As relações entre consequências imediatas e atrasadas, para o indivíduo e para outras pessoas, são muito mais complexas do que Oliveira et al. (2012) sugerem. Analistas do comportamento e outros cientistas têm estudado empiricamente tais relações há décadas,¹⁰ mas não iriam muito longe caso se contentassem em pensar que os indivíduos “trabalham com um critério de identificação entre o bom e o bem”, e que seu comportamento resulta disso.

Por que a ética do prazer é considerada por Oliveira et al. (2012) uma “variável necessária” para explicar “o surgimento da subjetividade aberta”? De acordo com os autores, porque ela “abriu espaço para um critério narcísico para o indivíduo consumir e descartar identidades: consuma as identidades que aumentam o seu bem-estar e descarte as identidades que ameaçam o bem-estar” (p. 47). De fato, a variabilidade de práticas culturais presentes nas culturas contemporâneas tem aumentado a probabilidade de uma variabilidade correspondente em termos de repertórios comportamentais. A vida de uma pessoa hoje tende a ser menos estável e previsível do que, digamos, a de uma pessoa durante o regime feudal (como aponta também TOURINHO, 2009). “Consumir e descartar identidades”, contudo, é uma metáfora pouco esclarecedora para processos comportamentais complexos.

Mas onde entra Skinner nessa argumentação? No parágrafo final desse tópico do texto, a despeito de não terem citado Skinner em nenhum momento durante o tópico (os únicos psicólogos citados são FREUD e ROGERS), os autores concluem o seguinte:

A tese de que o conhecimento científico produz previsibilidade e controle mostrou-se malograda no nível da biografia individual. Não foi a falta de conhecimento psicológico que produziu esta imprevisibilidade biográfica, mas o acúmulo deste conhecimento e sua apropriação pelo leigo em seu exercício de reflexividade [...]. Quanto mais a psicologia, e isso inclui o behaviorismo skinneriano, afirmava-se como força destradicionalizante na modernidade, mais a biografia individual ampliava seu aspecto de imprevisibilidade e descontrole [...] (p. 48).

Novamente, é surpreendente encontrar esse tipo de “explicação” em um trabalho que supostamente visa apontar a complexidade dos fenômenos sociais. A primeira frase é facilmente desmentida pelo acúmulo de décadas de dados empíricos, em todos os campos de aplicação da psicologia. Os autores pecam, entre outras coisas, por analisar o problema em termos de absolutos (ou o comportamento é previsível e controlável ou não é), e não por meio

¹⁰ Para revisões de alguns trabalhos relevantes nessa área de pesquisa, ver, por exemplo, Fantino (1997) e Fantino e Romanovich (2007).

de graus de previsibilidade e controlabilidade. Quanto às frases seguintes, ignoremos as questões da previsibilidade e controlabilidade, e suponhamos que os autores estão se referindo, quando falam em “imprevisibilidade biográfica”, apenas à complexidade das variáveis que afetam a vida humana na maior parte das sociedades contemporâneas. É possível perguntar em que grau a “força destradicionalizante” da psicologia de fato foi apropriada “pelo leigo” (como isso ocorreu, exatamente?). Mas mesmo concedendo que isso tenha acontecido em alguma medida, possivelmente essa não é uma variável das mais relevantes para explicar por que os repertórios comportamentais individuais têm se tornado progressivamente mais complexos. Uma pessoa exposta a práticas culturais complexas apresenta um repertório igualmente complexo, sem qualquer necessidade de se apropriar da “força destradicionalizante da psicologia”.

Sob o título “Desenraizamento traditivo, desconfessionalização e emergência da subjetividade aberta”, o quarto e último tópico trata do que os autores consideram ser a segunda variável relevante (sendo a primeira variável a “ética do prazer”, mencionada no tópico anterior) para explicar o surgimento da “subjetividade aberta”: “a desconexão do sistema de crenças religiosas do indivíduo em relação à raiz traditiva originária de sua crença” (p. 48). O perfil dos novos evangélicos brasileiros é utilizado como exemplo de “subjetividade aberta”. A destradicionalização desses novos evangélicos “implicou em uma desconfessionalização da fé evangélica brasileira, pois despotenciou a dimensão escatológica da crença religiosa cristã e suas verdades dogmáticas” – mormente, a ressurreição de Cristo, “crença que produzia na consciência do crente a implicação de satisfazer os ideais éticos resultantes da mesma” (p. 49). Tais ideais tradicionais se expressam na “ética do íterim, na qual o desprezo pelo presente transitório em função da realização da esperança da ressurreição prometida são a base para uma vivência do amor agápico caracterizado na resignação do indivíduo em função do bem do outro, nunca da autosatisfação (sic)” (p. 49). Ao contrário do novo evangélico brasileiro, o religioso que segue a ética da “tradição cristã original” é coerente em suas ações, pois “é chamado a revelar em sua conduta a verdade afirmada nos postulados de sua fé. A manutenção dessa coerência exige invariância na identidade do crente frente às circunstâncias ameaçadoras de sua existência (Rm 8.18)” (p. 49). O novo evangélico brasileiro, por sua vez, orienta-se por uma “ética desescatologizada e direcionada pela ética do prazer”. Ele é um “sujeito *pleonexo*, orientado pela ‘impulsão aquisitiva’ e pela competitividade” (p. 49). Concluem os autores:

Esta espiritualidade autocentrada (*sélfica*) introduz o novo evangélico brasileiro na ordem social da gratificação imediata, na qual o bem se legitima pelo critério de auto-satisfação (ética do prazer). A fronteira ética entre proibido e permitido não é mais julgada a partir de um tribunal de auto-condenação na consciência do novo evangélico brasileiro (p. 49).

Aqui, obviamente, Skinner saiu de cena, mas cabe notar que há diversos problemas nessa argumentação. Ela mistura sociologia simplista com psicologia mentalista.

O que mais chama a atenção são os conceitos e argumentos utilizados pelos autores ao tratar do comportamento ético. O texto aparentemente parte do pressuposto de que é possível fazer uma distinção clara entre o comportamento ético do “novo evangélico brasileiro” e o dos “cristãos tradicionais”. Mesmo supondo que fosse simples classificar os cristãos brasileiros em uma ou outra categoria, a “descrição” de seu comportamento ético apresentada pelos autores não tem nenhum fundamento empírico, e parece baseada apenas no que os autores gostariam que fosse o caso: os novos evangélicos são voláteis, gananciosos e autocentrados, enquanto os “cristãos tradicionais” são coerentes, generosos e agápicos (“nunca” buscam a autossatisfação!) É privilégio dos autores pensar dessa forma – mas, para usar o jargão do próprio artigo, uma compreensão mais sofisticada das complexas variáveis em jogo na formação de “identidades” certamente tornaria tal conclusão duvidosa. As agências religiosas têm um papel relevante no controle do comportamento ético de pelo menos parte daqueles que as frequentam (certamente não de todos), mas obviamente esse papel não é exclusivo.¹¹ O simples fato de alguém ser um “novo evangélico” ou um “cristão tradicional” está longe de esgotar as variáveis relevantes para explicar seu comportamento ético. Além disso, há incontáveis exemplos, hoje e em séculos passados, de “cristãos tradicionais” que não parecem ter sido coerentes, generosos ou agápicos em sua conduta, apoiando ou praticando sem pudor toda sorte de barbarismo: preconceito, escravidão, humilhação, exploração econômica, abuso sexual e assassinato, entre outros. Embora definir “coerência” não seja tão simples como parece, é possível argumentar que essa não é uma qualidade facilmente identificável entre os “cristãos tradicionais” ao longo da História. Talvez devamos ficar felizes com isso, pois do contrário eles ainda estariam sustentando várias das superstições que justificaram crimes históricos contra a humanidade, sempre praticados em nome de Deus, e hoje (espera-se) condenados por todos os cristãos.

¹¹ Skinner trata do assunto, por exemplo, em “Ciência e Comportamento Humano” (1965 – originalmente publicado em 1953).

Cabe também um comentário sobre a natureza mentalista da argumentação (que se repete em vários pontos do artigo). Ela ilustra claramente o principal problema apontado por Skinner (1965, 1974) e por todos os analistas do comportamento nesse tipo de raciocínio: a circularidade explicativa, e a conseqüente impossibilidade de contemplar possibilidades efetivas de influenciar o comportamento ético. Como já vimos no caso do “*ethos da pleonaxia*”, a referida circularidade procede da seguinte forma: observa-se padrões de comportamento, infere-se dessa observação a existência de alguma entidade mental e, em seguida, usa-se essa suposta entidade como “explicação” do comportamento. Se continuarmos achando que o comportamento ético das pessoas é causado (ou influenciado) por “consciências autodesculpabilizadas”, “espiritualidades autocentradas” ou “tribunais de auto-condenação na consciência” (p. 50), teremos pouco a fazer. Embora tenham valor estético, essas expressões são metáforas inadequadas para descrever relações comportamentais complexas.

Nas considerações finais do artigo, os autores apresentam a seguinte conclusão:

Os skinnerianos contemporâneos não atentaram para os elementos reflexivos postos no presente artigo, por isso não perceberam o hiato intransponível que se estabeleceu na globalização entre a proposta skinneriana do planejamento cultural e a sociedade da imprevisibilidade, com sua típica subjetividade aberta. A proposta de Pires e a emergência da cultura em descontrole nos leva (sic) a concluir que os conceitos de previsibilidade e controle tornaram-se obsoletos para as lógicas das interações sociais produzidas na globalização (p. 50).

A sugestão de que “os skinnerianos contemporâneos não atentaram para os elementos reflexivos” do artigo pode ser criticada em várias frentes – a primeira delas, bastante óbvia: como podem os autores se permitir qualquer conclusão sobre “os skinnerianos contemporâneos” quando deixam claro, desde o início do artigo, que o artigo “focará o pensamento skinneriano”, deixando de lado a “literatura mais recente sobre planejamento cultural” (p. 37)? (Lembremos que o artigo inclusive critica o “pensamento social” de Skinner porque ele “se desenvolveu antes do atual processo de globalização”.) Os autores justificam a ausência dessa literatura afirmando que “ela não propõe uma mudança substancial na referida tese skinneriana,¹² no máximo redimensiona as estratégias para sua viabilidade” (p. 37). Retomaremos em

¹² A “referida tese” é a de que “o acúmulo do conhecimento psicológico permite elevar a previsibilidade e o controle da vida social” (p. 37).

breve a discussão do assunto, mas desde já cabe notar que qualquer afirmação categórica sobre a “literatura mais recente” produzida por analistas do comportamento no campo do planejamento cultural exigiria um exame sistemático dessa literatura, o que não é apresentado. Além disso, os “elementos reflexivos” apresentados no artigo, conforme buscamos apontar, são fundamentados em conceitos vagos e em argumentos no mínimo questionáveis. Não obstante, tais elementos fazem referência a relações comportamentais relevantes, que certamente interessam aos analistas do comportamento. A análise do comportamento tem feito muito mais para a compreensão dessas relações do que os autores parecem reconhecer (ou conhecer).

Oliveira et al. (2012) encerram o artigo com uma conclusão surpreendente, sobre um assunto que sequer havia sido mencionado até então: a análise comportamental clínica. De acordo com os autores, “a emergência da subjetividade aberta tem implicação também para a prática clínica da análise do comportamento”, pois ela “procura interpretar e intervir na vida do indivíduo considerando seu microambiente imediato (ex. família, sala de aula, relações imediatas de trabalho)” (p. 51). Isso seria um “erro metodológico”, pois o clínico estaria isolando tal microambiente, “considerando sua dinâmica autônoma e influência sobre a vida individual como desconectada do macroambiente complexo emergente na globalização” (p. 51). Ao assim agir, o clínico estaria “inabilitado para captar os efeitos da globalização sobre a vida individual [...] O macroambiente da cultura em descontrole midiaticiza modelos que produzem crenças e valores consumidos pelos indivíduos no microambiente familiar” (p. 51). E por fim, os autores alertam: “É indispensável na prática psicoterapêutica uma ruptura com o modelo de interpretação da vida individual a partir do microambiente isolado” (p. 51).

Em seguida, os autores mencionam o programa televisivo *Supernanny* como um exemplo da desconexão entre microambiente e macroambiente, não sem acrescentar uma oportuna nota onde se dizem “conscientes das grandes diferenças entre o procedimento no programa *supernanny* (sic) e a prática da análise comportamental clínica” (p. 51). Mas então, a que veio o exemplo? Os autores esclarecem:

Em princípio, o erro do modelo *supernanny* é o mesmo do modelo acadêmico skinneriano. Ambos tratam o microambiente familiar como passível de uma intervenção orientadora das interações sociais, desconsiderando o efeito incontrolável e imprevisível do macroambiente da globalização sobre o microambiente familiar (p. 51).

Como qualquer analista do comportamento atuante na clínica perceberá facilmente, essas críticas demonstram completo desconhecimento (ou

no mínimo uma compreensão equivocada) dos fundamentos e da aplicação da análise do comportamento. Para um analista do comportamento, como já mencionamos, tudo o que as pessoas fazem, em qualquer momento de suas vidas, é fruto da ação conjunta de variáveis seletivas atuantes nos níveis filogenético, ontogenético e cultural (SKINNER, 2007). As variáveis relevantes para a produção de resultados clínicos satisfatórios e duradouros devem ser descobertas empiricamente; uma vaga distinção entre “microambiente” e “macroambiente” não acrescenta nada de importante a este trabalho. Não há nenhum impedimento teórico ou metodológico para que um analista do comportamento identifique como uma variável eventualmente relevante, por exemplo, os “modelos midiaticizados” que “produzem crenças e valores consumidos pelos indivíduos no microambiente familiar” (p. 51). Se algum analista do comportamento, clínico ou não, ignora ou não dá atenção ao “complexo ambiente de sociedade” que ajuda a explicar o repertório comportamental de qualquer pessoa (inclusive do próprio analista), ele não está atuando corretamente. A análise do comportamento não pressupõe qualquer desconexão entre “vida individual” e “macroambiente complexo”. É necessário, por outro lado, especificar *de que forma* variáveis culturais complexas efetivamente alteram o repertório comportamental das pessoas, e a análise do comportamento tem feito contribuições decisivas para tanto (e. g., MOREIRA, 2013; SAMPAIO; ANDERY, 2010; TOURINHO, 2009).

Nenhum terapeuta, comportamental ou não, tem condições de discriminar (e interferir sobre) todas as variáveis que afetam as pessoas que procuram auxílio terapêutico. O próprio Skinner (1956/1972) tinha clareza quanto ao fato de que “a situação terapêutica é apenas uma pequena parte do mundo do cliente” (p. 37), e de que há inúmeras variáveis que fogem ao controle do terapeuta. Não obstante, a terapia analítico-comportamental tem reconhecida eficácia na resolução de uma série de problemas (para algumas revisões sistemáticas, ver DIMIDJIAN et al., 2006; MULICK; LANDES; KANTER, 2011; PORTER; SPATES; SMITHAM, 2004). É por esse critério, em especial, que ela deve ser julgada.

Previsibilidade e controle na ciência e na análise do comportamento

“Previsibilidade” e “controle” não são apenas conceitos, mas resultados mensuráveis, demonstráveis empiricamente e que variam em graus. Nesse sentido, não parecem correr qualquer risco sério de se tornar “obsoletos”, a despeito da opinião de Oliveira et al. (2012). Conforme afirmamos, nenhum cientista, em qualquer área, supõe ter poder absoluto de previsão e controle dos fenômenos que estuda. Mas saber se “o conhecimento psicológico pode

e elevar a previsibilidade e o controle da vida social na sociedade da imprevisibilidade” (p. 38) é uma questão empírica, não de opinião – e a resposta empírica tem sido indubitavelmente positiva.

Essa ampliação tem sido usada há décadas para auxiliar pessoas nos mais variados contextos: clínico, educacional, organizacional, comunitário, jurídico, esportivo, etc. De fato, Mayer, Sulzer-Azaroff e Wallace (2012) especificam 117 áreas de aplicação nas quais a análise do comportamento tem apresentado contribuições reconhecidamente importantes, sem supor que a lista seja exaustiva. Seria absurdo sugerir que os analistas do comportamento, ou qualquer pessoa ou instituição, deixassem de realizar tais intervenções em função do fato óbvio de que não podem prever com absoluta certeza seus resultados. Qualquer analista do comportamento sabe que uma intervenção responsável exige a avaliação constante de sua eficácia – e, se necessário, a alteração dos procedimentos empregados. A discussão ética sobre quais resultados são mais ou menos desejáveis, em qualquer área de intervenção, é obviamente importante, como os analistas do comportamento sempre souberam – mas ninguém tem a palavra final a respeito dela.

Skinner sempre reconheceu que o comportamento é “possivelmente o mais difícil objeto já submetido à análise científica” (1987, p. 780). Lidar com o comportamento – e em especial com o comportamento humano – envolve complexos problemas conceituais, científicos e éticos com os quais os analistas do comportamento e outros cientistas têm buscado arduamente lidar, com progressivo sucesso, ao longo de várias décadas. Em contraponto, a argumentação desenvolvida por Oliveira et al. (2012) é de um tipo particularmente prejudicial, embora bastante comum no pensamento acadêmico contemporâneo: o mundo é complexo, imprevisível e incontrolável – portanto, nada podemos fazer sobre ele, e aqueles que tentam fazer algo estão se iludindo. Se concordássemos com os autores, viraríamos todos espectadores confortáveis do caos.

Durante todo o artigo e também em sua conclusão, Oliveira et al. (2012) sugerem que os analistas do comportamento ignoram a complexidade dos fenômenos resumidos por meio da palavra “globalização”, e que não incorporam tais fenômenos à sua análise. Essa interpretação não cabe sequer a Skinner – que afirmava, já em 1974, que “os grandes problemas são agora globais” (p. 251), e certamente também não cabe aos “skinnerianos contemporâneos”, como um exame cuidadoso da “literatura mais recente” poderia revelar (e. g., TOURINHO, 2009; *Behavior and Social Issues*, 1991-).

O planejamento cultural existiu por séculos antes do surgimento da análise do comportamento, e certamente continuaria evoluindo mesmo que ela jamais tivesse surgido. Em maior ou menor grau, ele está presente em

pelo menos parte das políticas públicas contemporâneas. O fato de que a maioria dos proponentes e gestores de políticas públicas não adota *sistematicamente* as práticas de previsão e avaliação de resultados é um dos grandes problemas do mundo atual. Longe de supor que os resultados de qualquer intervenção podem ser previstos ou controlados de forma absoluta, os analistas do comportamento são preparados para avaliar constantemente tais resultados e reorientar suas práticas de acordo com os dados produzidos por essa avaliação. Além disso, dado que culturas são conjuntos complexos de relações comportamentais, o planejamento cultural se fundamenta não apenas em uma atitude científica, mas também na experiência das pessoas que efetivamente tomam parte em práticas culturais: “Nenhum curso de ação deve ser exclusivamente ditado pela experiência científica [...] A experiência formalizada da ciência, somada à experiência prática do indivíduo em um conjunto complexo de circunstâncias, oferece a melhor base para a ação efetiva” (SKINNER, 1953/1965, p. 436; OLIVEIRA et al. [2012]), contudo, parecem ignorar o caráter experimental, dinâmico e participativo da proposta de planejamento cultural dos analistas do comportamento.

Décadas de prática empírica na análise funcional, em ambientes experimentais e aplicados, tornaram os analistas do comportamento sensíveis a diversos tipos de variáveis relevantes no controle do comportamento, incluindo as de ordem social e cultural. Os estudos visando identificar, compreender e agir sobre tais variáveis continuam, como é típico em qualquer ciência. Sugerir que os analistas do comportamento estão negligenciando um conjunto relevante dessas variáveis seria uma crítica relevante, desde que refletisse os fatos.

A postura investigativa típica dos cientistas só é possível porque eles supõem que os fenômenos físicos e sociais, por mais complexos que sejam, são passíveis de algum grau de previsão e controle, acima do mero acaso. Esse poder de previsão e controle, embora jamais absoluto, foi e continua sendo demonstrado em incontáveis ocasiões ao longo da História. A ele devemos uma quantidade imensurável das conquistas da humanidade. A complexidade, bem como algum grau de imprevisibilidade, são inerentes ao trabalho científico – mas tais características não demarcam o ponto no qual a ciência deve parar, mas sim o ponto do qual ela parte, a fim de aumentar seu poder de previsão e controle. Alguns exemplos de diferentes ciências podem ilustrar tais afirmações:

- (1) Fenômenos atmosféricos são frequentemente citados como ilustrativos de sistemas caóticos, nos quais pequenas alterações podem gerar efeitos de grande monta. Não obstante, meteorologistas têm desenvolvido sistemas de previsão

do tempo cada vez mais sofisticados. Nenhum meteorologista afirma que sua ciência possui poder de previsão absoluto, mas as previsões meteorológicas, mesmo com suas potenciais falhas, mostram-se corretas em um número bem acima do mero acaso. As aplicações práticas da meteorologia são de grande importância em diversos campos. Previsões meteorológicas permitem, por exemplo, evacuar propriedades e tomar medidas adicionais de segurança antes de desastres naturais, cancelar voos potencialmente perigosos e planejar ações na agricultura visando otimizar seus resultados. Talvez ainda mais importante: se hoje estamos cientes das mudanças climáticas que ameaçam a própria existência humana na Terra, e que exigem ações enérgicas, devemos isso àqueles que, a despeito da enorme complexidade das variáveis climáticas, buscam estudá-las e compreendê-las. Deveríamos deixar de planejar ações nesse sentido porque não temos certeza absoluta dos resultados? Seria o acaso um juiz mais confiável de nosso futuro?

(2) Médicos utilizam os resultados de pesquisas biológicas para incontáveis aplicações que visam preservar ou restaurar a saúde das pessoas. O corpo humano é indubitavelmente um sistema complexo, composto pela interação de trilhões de células de diferentes tipos. Não obstante, é justo dizer que a medicina é uma aplicação científica relativamente bem-sucedida – o que quer dizer, em outras palavras, que seu poder de previsão e controle tem aumentado consideravelmente ao longo de sua história. Dada a complexidade do corpo humano, e o grau inevitável de imprevisibilidade envolvido em qualquer intervenção sobre ele, teria sido preferível que a medicina não tivesse surgido, amedrontada pela dificuldade da tarefa? Que tivesse recuado diante dos horizontes de pesquisa progressivamente mais complexos revelados por seu próprio trabalho? Por sorte, os cientistas da área médica não se abalaram com as dificuldades impostas pela complexidade, e avançaram de maneira admirável na compreensão do funcionamento do corpo humano, permitindo com isso formas de intervenção que pareciam impensáveis há algumas décadas. Os avanços relatados por White (1999) na previsão de ataques epiléticos são especialmente interessantes, dado o fato de que utilizam modelos matemáticos da teoria do caos. A teoria do caos, por definição, estuda sistemas dinâmicos complexos, mas ela os estuda com o objetivo de prevê-los e intervir sobre eles – ou, nas palavras de White (1999), “a teoria do caos oferece uma abordagem matemática para ver um tipo de ordem em eventos que antes pareciam aleatórios”.

(3) Os analistas do comportamento estudam há décadas as relações ensino-aprendizagem como relações comportamentais – e têm, com isso, produzido contribuições relevantes para o campo educacional (e. g., HEWARD et al., 2004; HUBNER; MARINOTTI, 2004). As relações professor-aluno são consideravelmente complexas – e, ao contrário do que eventualmente poderiam pensar

Oliveira et al. (2012), os analistas do comportamento estão cientes de que os problemas educacionais não se esgotam na situação de sala de aula: envolvem condições materiais, situações extraclasse na vida de alunos e professores, gestão educacional, currículos, relações econômicas e políticas internas e externas às instituições educacionais, entre outros fatores. Os resultados de qualquer ação de um analista do comportamento no campo educacional estão, obviamente, sujeitos a algum grau de imprevisibilidade. Mas caso tais resultados não sejam os esperados, cabe reavaliar o planejamento de acordo com os dados disponíveis e alterar aspectos eventualmente relevantes da relação ensino-aprendizagem – e, se possível e necessário, de outras variáveis que afetam essa relação. O que não cabe, ou não deveria caber, é a paralisação diante da complexidade da situação e de sua relativa imprevisibilidade.

Conclusão

Para os analistas do comportamento, como para qualquer cientista, é óbvio que qualquer intervenção, em pessoas ou grupos de pessoas, pode ter resultados diferentes dos esperados. Isso cabe também para o planejamento cultural, como Skinner sempre reconheceu: “Podemos estar certos de que muitos passos no planejamento científico de padrões culturais produzirão consequências imprevistas” (1955-1956/1972, p. 13). Analistas do comportamento, dada sua formação experimental, estão preparados para lidar com tal imprevisibilidade. Eles não têm a obrigação de acertar sempre, de escolher caminhos fixos ou de confirmar doutrinas por meio dos resultados de sua atuação. Mas eles, certamente, têm mais sucesso no que fazem por não abrir mão da previsão, do planejamento e da avaliação de seus resultados.

Não há nenhuma dúvida quanto ao fato de que os ambientes criados pelas culturas humanas têm revelado progressiva complexidade – mas, ao contrário do que sugerem Oliveira et al. (2012), tal fato não tem passado despercebido pelos analistas do comportamento. Qualquer contribuição que ajude a compreender essa complexidade e seus efeitos é muito bem-vinda, e tal trabalho deve ser permanente: conforme as culturas se complexificam, igualmente o devem fazer as análises culturais. Os analistas do comportamento fazem parte desse esforço, e sabem também da importância de dialogar com outros saberes a fim de enriquecer suas análises – o que tem acontecido com especial frequência no campo das análises culturais (DITTRICH, 2008; MELO; DE ROSE, 2012; TOURINHO, 2009).

Deveria ser óbvio que ninguém pode se arrogar o conhecimento completo de todas as variáveis que afetam o comportamento humano. A alternativa, diante disso, é aprofundar continuamente as práticas de pesquisa e o diálogo entre saberes, e é nessa postura que a análise do comportamento tem

investido ao longo de sua história. Os analistas do comportamento jamais se pretenderam detentores de verdades absolutas, ou de soluções infalíveis para os problemas humanos. Cabe, portanto, esclarecer aos leitores de Oliveira et al. (2012) que a descrição de Skinner ou dos analistas do comportamento como representantes de um “pseudomessianismo psicológico-cientificista” não é um retrato, mas uma caricatura.

Referências

BEHAVIOR AND SOCIAL ISSUES. Chicago, IL: University of Illinois – Behaviorists for Social Responsibility, 1991-.

CALDWELL, Jean; O'DRISCOLL, Timothy. G. “What caused the Great Depression?” In: **Social Education**, v. 71: p. 70-74 (2007). Disponível em <http://www.mpsaz.org/rmhs/staff/jxcollums/class1/ap2/files/what_caused_the_g.d._.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

DIMIDJIAN, Sona; HOLLON, Steven D.; DOBSON, Keith S.; SCHMALING, Karen B.; KOHLENBERG, Robert J.; ADDIS, Michael E., et al. “Randomized trial of behavioral activation, cognitive therapy, and antidepressant medication in the acute treatment of adults with major depression.” In: **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 74: p. 658-670 (2006).

DITTRICH, Alexandre. “A sobrevivência das culturas é suficiente enquanto valor na ética behaviorista radical?” In: H. J. Guilhardi; N. C. de Aguirre (orgs.). **Sobre comportamento e cognição** – vol. 17: expondo a variabilidade. Santo André, SP, 2006. ESETEc. p. 11-22.

DITTRICH, Alexandre. “Sobrevivência ou colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o destino das culturas.” **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21: p. 252-260 (2008).

FANTINO, Edmund. (1998). “Judgment and decision making: behavioral approaches.” In: **The Behavior Analyst**, v. 21: p. 203-218 (1998).

FANTINO, Edmund; ROMANOVICH, Paul. “The effect of conditioned reinforcement rate on choice: a review.” In: **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v. 87: p. 409-421 (2007).

HEWARD, William L.; HERON, Timothy E.; NEEF, Nancy A.; PETERSON, Stephanie M.; SAINATO, Diane M.; CARTLEDGE, Gwendolyn; GARDNER III, Ralph; PETERSON, Lloyd D.; HERSH, Susan B.; DARDIG, Jill C. (orgs.). In: **Focus on behavior analysis in education: achievements, challenges, and opportunities.** Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2004.

HUBNER, Maria Martha Costa; MARINOTTI, M. **Análise do comportamento para a educação: contribuições recentes.** Santo André: ESETEc, 2004.

JAMES, Harold. **The end of globalization: lessons from the Great Depression.** Harvard, MA: Harvard University Press, 2002.

MAYER, G. Roy; SULZER-AZAROFF, Beth; WALLACE, Michelle. “Achieving lasting behavior change through behavior analysis.” In: G. R. Mayer; B. Sulzer-Azaroff; M. Wallace (orgs.). **Behavior analysis for lasting change.** 2. ed. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan Publishing, 2012. p. 13. Disponível em: <<http://www.behavior.org/resources/697.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MELO, Camila Muchon de; DE ROSE, Júlio Cesar Coelho. “Sobrevivência das culturas em Skinner: um diálogo com o materialismo cultural de Harris.” In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28: p. 119-128 (2012).

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. São Paulo, SP: Iluminuras, 2000. Trabalho original publicado em 1863.

MOREIRA, Márcio Borges (Org.). **Comportamento e práticas culturais**. Brasília, DF: Instituto Walden4, 2013. Disponível em: <http://www.walden4.com.br/livros/w4/pdf/iw4_moreira_2013_1ed_bq.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MULICK, Patrick S.; LANDES, Sara; KANTER, Jonathan W. "Contextual behavior therapies in the treatment of PTSD: A Review." In: **The International Journal of Behavioral Consultation and Therapy**, v. 7: p. 23-32 (2011).

OLIVEIRA, Cláudio Ivan de; BRITO, Hérica Landi; ABE, Hyrata Hykeno; REIS, Marcos Cristiano dos; LEITE. "Sociedade da imprevisibilidade, subjetividade aberta e sistema de crenças religiosas: uma crítica ao planejamento cultural de B. F. Skinner". In: **Estudos de Religião**, v. 26: p. 35-54 (2012).

PORTER, Jeffrey F; SPATES, C. Richard; SMITHAM, Sean. "Behavioral activation group therapy in public mental health settings: A pilot investigation." In: **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 35: p. 297-301 (2004).

SAMPAIO, Angelo Augusto Silva; ANDERY, Maria Amalia Pie Abib. "Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais." In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26: p. 183-192 (2010).

SKINNER, Burrhus Frederic. **Science and human behavior**. New York, NY: Macmillan, 1965.

SKINNER, Burrhus Frederic. "Freedom and the control of men." In: B. F. Skinner. **Cumulative record: a selection of papers**. New York, NY: Appleton-Century-Crofts, 1972. p. 3-18.

SKINNER, Burrhus Frederic. "Some issues concerning the control of human behavior." In: B. F. Skinner. **Cumulative record: a selection of papers**. New York, NY: Appleton-Century-Crofts, 1972. p. 25-38.

SKINNER, Burrhus Frederic. **About behaviorism**. New York, NY: Alfred A. Knopf, 1974.

SKINNER, Burrhus Frederic. "Whatever happened to psychology as the science of behavior?" In: **American Psychologist**, v. 42: p. 780-786 (1987).

SKINNER, Burrhus Frederic. "Seleção por conseqüências." In: **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, vol. 9: p. 129-137 (2007). Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v9n1/v9n1a10.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013. Trabalho original publicado em 1981.

TOURINHO, Emmanuel Zagury. **Subjetividade e relações comportamentais**. São Paulo, SP: Paradigma, 2009.

WHITE, Victoria. "Chaos theory helps to predict epileptic seizures." In: **Complexity Digest**, n. 6 (1999). Disponível em: <http://comdig.unam.mx/print_article.php?id_article=194>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Submetido em: 2-5-2013

Aceito em: 18-10-2013